

Inovação e Sustentabilidade Econômica em Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária

Evaldo Henrique da Silva

- Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV)
- Mestre em Economia Rural pelo Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV)

France Maria Gontijo Coelho

- Professora Adjunta do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV)
- Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Eloy Alves Filho

- Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV)
- Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Este trabalho sugere a adoção de uma perspectiva de análise do desempenho econômico na produção dos assentamentos de reforma agrária, partindo do conceito de sustentabilidade econômica que não contrapõe tradição e inovação. A hipótese central deste trabalho é de corte neo-schumpeteriano e admite que o movimento de reforma agrária no Brasil é um processo que favorece a adoção de novas tecnologias nos assentamentos, mas, quando a sustentabilidade é evidenciada, ela tem como base os conhecimentos ou experiências anteriores dos assentados. Sendo assim, este trabalho investiga os fatores que contribuíram para a implantação e o sucesso da cooperativa agroindustrial do projeto Fruta D'anta, o qual pode ser considerado um empreendimento inovador, que buscou novas alternativas de mercado para garantir a continuidade da produção na organização associativa, conforme evidenciaram os resultados da pesquisa.

Palavras-chave

Inovação; Assentamentos Rurais; Teoria Neo-schumpeteriana; Sustentabilidade Econômica.

1 – INTRODUÇÃO

Nesses últimos anos, diversos estudos sobre a viabilidade econômica dos projetos de assentamento da reforma agrária no Brasil têm demonstrado que esses projetos representam uma das alternativas econômicas para geração de emprego no país (SILVA, 1996), além de provocarem melhorias significativas nas condições de vida, não só para as famílias assentadas, mas também para muitas outras famílias residentes nos municípios onde se localizam os projetos de assentamentos¹.

Por outro lado, sabe-se que esses projetos de assentamento vêm enfrentando dificuldades dos mais diversos tipos, desde a gestão da produção até o controle e recuperação ambiental, gerando na atividade agropecuária níveis de renda *per capita* que, na média nacional, não ultrapassa o salário mínimo (SCHMIDT; MARINHO; ROSA, 1998), fatos esses indicativos de que esses projetos podem ser economicamente inviáveis quando se levam em conta os custos de oportunidade da mão-de-obra, da terra e do capital investidos neles.

Esses questionamentos sobre a viabilidade ou não desses projetos, em termos de análise microeconômica, alimentam argumentos que desprestigiam a proposta de reforma agrária no Brasil. Porém a enorme dívida social deste país e a possibilidade de parte dela poder ser resgatada com um programa não-paternalista de reforma agrária fazem com que a maioria dos autores que atualmente estudam a questão estejam dirigindo seus esforços para problematização da natureza macrossocial relacionada aos projetos de assentamentos.

Entretanto, as expectativas distributivas de oportunidades econômicas, orientadoras de estudos macroeconômicos dos projetos de reforma agrária, não podem, contudo, servir de argumento para minimizar a importância dos estudos de natureza microeconômica. Para um enfoque crítico do contexto atual da reforma agrária, impõe-se a necessidade de revisão das referências conceituais e dos métodos de análises microeconômicas acerca da viabilidade das unidades de produção cria-

das com os novos parcelamentos de latifúndios, pois não é possível negligenciar a hipótese, muitas vezes denunciada pela mídia, de que as políticas de reforma agrária no Brasil podem estar promovendo a difusão de unidades produtivas consideradas ineficientes do ponto de vista do mercado.

Diante dessa possibilidade, este trabalho pretende discutir o conceito de viabilidade econômica em um projeto de assentamento como estratégia de reflexão e propor sua substituição pelo conceito de sustentabilidade econômica. Em princípio, tudo indica que a polarização do debate acerca da viabilidade econômica é uma questão falsa quando se coloca que os projetos de assentamentos são viáveis em nível macroeconômico, porém inviáveis no plano microeconômico. Essa polarização na compreensão do processo em curso é resultante de premissas próprias do conceito de viabilidade, que se baseiam em um padrão econômico que prevê condições, contextos e valores distintos dos que orientam a ação dos assentados e mediadores dos movimentos sociais que atuam nos projetos de assentamento. O uso dos critérios de medidas tradicionais, constitutivas do campo da teoria neoclássica, que levam em conta o custo de oportunidade da mão-de-obra, do capital e da própria terra, faz com que uma parte significativa das unidades de produção dos projetos de assentamento seja considerada economicamente inviável.

Porém, o cenário muda radicalmente ao se levarem em conta as expectativas de crescimento manifestadas pelos novos proprietários dessas unidades de produção. Esse fator subjetivo não pode ser negligenciado, dada sua importância quando se trata de decisões relativas à implantação e condução de empreendimentos econômicos cujos efeitos extrapolam as próprias unidades de produção, fazendo emergir cenários impossíveis de serem definidos *a priori* com a simples extrapolação dos dados observados. Nesse sentido, alguns estudos evidenciaram que esses novos proprietários beneficiados pelos projetos de assentamentos depositam grande expectativa de crescimento nessas novas unidades de produção, tendo em vista o esforço desses indivíduos para a realização de investimentos nas atividades produtivas e seus impactos na região onde se localizam os assentamentos:

a grande maioria (67%) das instalações produtivas foi construída com recursos dos próprios assentados; 55% das máquinas e equipamentos individuais também foram financiados com recursos próprios... Os assenta-

¹ As melhorias sociais e econômicas provocadas pelos projetos de assentamentos podem ser medidas com os indicadores de qualidade de vida dos assentados (renda, alimentação, moradia, saúde, educação etc.), mas também podem ser verificadas pelas externalidades positivas, tais como o aumento da oferta de alimento, empregos indiretos, reversão do êxodo rural etc., observadas nas regiões onde ocorre grande concentração de projetos de assentamentos (HEREDIA et al., 2002).

mentos diversificaram seu sistema produtivo e os canais de comercialização, ampliaram a oferta de gêneros alimentícios e o consumo de bens e serviços agrícolas... ampliaram a demanda e os investimentos em infra-estrutura... provocaram uma diversificação e uma dinamização da vida econômica dos municípios. (TEÓFILO; GARCIA, 2002, p. 17).²

Assim, acredita-se que as fontes desse crescimento devem estar associadas não somente aos ganhos obtidos com a atividade produtiva em si, mas, também, às expectativas de crescimento desses ganhos no futuro, o que caracteriza uma dinâmica completamente distinta da maioria dos pequenos estabelecimentos rurais comumente classificados como “baixa renda”.

O estudo da dinâmica de produção e de comercialização nos assentamentos faz-se necessário para melhor compreender as possibilidades de sucesso em termos de geração de emprego e desenvolvimento regional. Entretanto, as variáveis tradicionais associadas ao conceito de viabilidade econômica devem ser questionadas para que se possa ter uma melhor compreensão do conceito de sustentabilidade econômica, considerado pelos autores desta pesquisa como mais adequado aos estudos da dinâmica de crescimento desses projetos.

Conforme será demonstrado a seguir, o conceito de sustentabilidade econômica está associado a uma nova abordagem de avaliação que enfatiza questões teóricas e práticas associadas às mudanças tecnológicas. Para o presente trabalho, a teoria neo-schumpeteriana da inovação³ tornou-se referência, pois enfatiza aspectos institucionais e dinâmicos presentes na produção dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento das atividades inovativas dentro das organizações. Tal ênfase tem como pressuposto a idéia de que os projetos de assentamento estão inseridos em um contexto histórico e institucional próprio e que favorece a atividade empreendedora e inovativa.

Para investigar os fatores presentes nesse contexto, fez-se um estudo de caso a partir de um projeto de assentamento onde existe um empreendimento inovador: a Coo-

perativa Agroindustrial do Projeto Fruta D’Anta, do município de João Pinheiro, criada em 1996. Esta agroindústria está voltada para o beneficiamento do leite. Conforme será mostrado mais adiante, os resultados da pesquisa revelam que a reforma agrária no Brasil pode ser considerada uma política que viabiliza um intenso processo de educação e capacitação dentro dos projetos de assentamentos, o que favorece empreendimentos inovadores.

O Projeto de Assentamento (PA) de Fruta D’Anta foi implantado em 1986, no município de João Pinheiro, MG, e teve como mediadora a Fetaemg. O PA é constituído por 270 famílias que ocupam lotes de aproximadamente 70ha. Praticamente, todas essas famílias continuam residindo no assentamento, mostrando que ele não apresenta tendência de evasão das famílias⁴. De acordo com as observações obtidas *in loco*, bem como com os dados coletados junto ao Incra sobre as obras de infra-estrutura ali executadas por aquele órgão, constatou-se que esse projeto conta com uma boa infra-estrutura em termos de estradas, energia elétrica, saneamento básico, uma escola para o ensino fundamental e uma cooperativa agroindustrial para o beneficiamento do leite, criada em 1996.

A definição da referida cooperativa como foco da análise deu-se porque ela pode ser considerada, em princípio, um empreendimento inovador por criar as condições mais favoráveis para conquista de novos mercados para os produtos do assentamento. A inovação identificada foi quanto à nova destinação da produção de leite, que deixou de ser somente para o consumo próprio e passou a ser beneficiado para comercialização *in natura* e transformado em queijo mussarela e manteiga, dando início à comercialização de seus derivados. Por conseguinte, nesta pesquisa tomaram-se como unidade de análise os indivíduos responsáveis pela criação e/ou pelas decisões ligadas à gestão da cooperativa.

O objetivo do trabalho, portanto, é analisar os fatores que condicionaram e que condicionam a capacidade em-

² Mais detalhes em Heredia et al. (2002).

³ Esta abordagem é amplamente usada pelos autores que buscam uma alternativa teórica em relação à abordagem tradicional (neoclássica) da inovação. Porém, no que se refere aos estudos dos projetos de assentamento da reforma agrária, não foi encontrado nenhum trabalho de investigação da formação da capacidade empreendedora nos assentamentos utilizando a referida abordagem.

⁴ Comparando-se os registros mais atualizados (até 1997) do Incra sobre a capacidade de assentamento dos projetos da reforma agrária com os dados do Censo da Reforma Agrária de 1996 (INCRA, 1997) observou-se uma diferença de 32,3% para os dados do Incra. Essa constatação sugere que o índice de evasão dos assentamentos é relativamente baixo, pois, segundo informações do próprio Incra, raramente os projetos de assentamentos atingiram sua plena capacidade; além disso, cabe destacar a observação dos pesquisadores do censo de que era comum a presença de pessoas que se agregaram à família dos beneficiários (SCHMIDT; MARINHO; ROSA, 1998).

preendedor desses indivíduos, utilizando como referência teórica a abordagem neo-schumpeteriana. Para tanto, foram identificados e contatados para a aplicação dos questionários desde os sócios fundadores das cooperativas até os sócios integrados após a criação, todos eles agentes nos processos decisórios e responsáveis por cargos de direção ou conselhos, totalizando, assim, 32 pessoas. Também foram coletados dados junto à cooperativa com o objetivo de identificar o desempenho em termos de produção e distribuição dos benefícios (sobras).

Os questionários individuais foram estruturados visando pontuar a frequência de respostas às questões que se tornaram indicadores da importância de cada variável explicativa do perfil empreendedor dos entrevistados.

2 – INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UM NOVO ENFOQUE PARA ESSA RELAÇÃO

Uma reflexão mais aprofundada a respeito dos critérios de avaliação de projetos, recomendados por vários autores e muito presente nos livros textos⁵ “em especial, destaca-se o critério da Taxa Interna de Retorno (TIR)⁶”, revela a influência da abordagem microeconômica tradicional (neoclássica) na conceituação e aplicação dessas avaliações. Tal abordagem sobrevaloriza os critérios que implicitamente exigem o pressuposto de uma racionalidade definida *a priori* que se traduz na capacidade para otimizar recursos aplicados na obtenção de informações que possibilitam a estimativa dos riscos nos eventos futuros. Essa capacidade é considerada óbvia, perfeita e é naturalizada na medida em que se torna inquestionável enquanto premissa dos processos econômicos. Ela se baseia na idéia de que os mesmos valores e expectativas sempre estariam presentes nos agentes econômicos. Com essa abordagem exclusivista é que se avaliam os riscos dos projetos de assentamento, desconsiderando outras dimensões, racionalidades, interações sociais, valores sociais e objetivos econômicos.

Ainda na perspectiva neoclássica, tem-se que os agentes econômicos podem alocar eficientemente seus recursos produtivos, desde que bem informados. A aplicação do critério tradicional de avaliação microeconômica sobre os projetos de assentamentos parte do pressu-

posto de que é possível a realização de simulações, consideradas objetivas, por serem construídas por técnicas de levantamento de dados quantificáveis, base da referida avaliação, ainda que se possa questionar a qualidade do conteúdo das informações contidas nesses dados. Assim, define-se uma função que quantifica os objetivos do agente econômico e que servirá de critério de avaliação para mostrar que os recursos estão sendo aplicados eficientemente ou não.

Essa é uma perspectiva teórica formal e abstrata, mas pode ser prática no sentido da orientação acerca da otimização de recursos escassos, como pretende a engenharia econômica⁷. Entretanto, não se pode negar que essa perspectiva teórica e sua prática induzem a intervenções sociais pouco participativas, pois concentra-se nas sofisticadas funções matemáticas e nas simulações para a criação das possibilidades de sucesso na vida futura dos assentados. Por isso, pode-se afirmar que essa concepção representa uma ferramenta de caráter mais político que econômico, pois auxilia alguns agentes não só na tomada de decisões, mas na centralização do poder para a tomada dessas decisões. Na medida em que essa perspectiva não incorpora em seus critérios de avaliação relações de poder decorrentes do domínio das informações e nem tampouco questiona a natureza do conteúdo das informações, essa perspectiva perde a natureza crítica necessária aos estudos que apontam soluções de impasses reais que se dão na confluência dos níveis político e econômico, teórico e prático. Essa proposta de análise técnica da concepção neoclássica transforma-se em instrumento político de dominação de uns agentes econômicos sobre os outros.

Preocupados com os efeitos políticos dessa visão ortodoxa da microeconomia, mesmo sem muita pretensão de superação total dos gargalos epistemológicos e políticos da abordagem neoclássica, os autores deste trabalho retomam a questão da viabilidade microeconômica em projetos de assentamento questionando os critérios tradicionais. A crença de que empreendimentos econômicos exclusivamente capitalistas são os mais adequados pode não se confirmar. Pretende-se aqui elaborar outras hipóteses e

⁵ Como por exemplo Buarque (1991), Contador (1981) e Noronha (1987).

⁶ Por definição, o cálculo da TIR, ao utilizar valores atuariais, exige algum conhecimento sobre a probabilidade dos eventos futuros que afetam as receitas e os gastos do projeto ao longo da sua vida útil.

⁷ Veja por exemplo a seguinte afirmativa: “Existem decisões que são completamente subjetivas e os riscos nelas contidos podem ser enormes. Entretanto (grifo nosso), muitas decisões que aparentemente dependem de fatores subjetivos, podem ser equacionadas por meio de técnicas adequadas, de forma a serem visualizadas alternativas econômicas que auxiliarão imensamente as tomadas das decisões, isentas, em grande parte, de fatores pessoais.” (HIRSCHFELD, 1984, p. 18.)

pressupostos para, assim, contribuir na construção de outros critérios e variáveis para a avaliação dos empreendimentos desenvolvidos nos assentamentos.

Uma das grandes deficiências dos métodos tradicionais de avaliação de projetos reside no tratamento inadequado da dinâmica da inovação que se estabelece nos empreendimentos de natureza capitalista ou não, que apresentam trajetórias de crescimento de longo prazo, sustentadas por mudanças tecnológicas. Por definição, qualquer inovação incorpora elementos de incertezas que se traduzem na impossibilidade de se elaborar uma tabela de probabilidades de eventos futuros⁸. Por isso, esse contexto inovador não permite garantir que haverá otimização dos recursos quando da obtenção de informações. Por maiores que sejam os gastos com obtenção de informações, haverá sempre algum evento futuro relevante para o qual é impossível a realização de estimativas probabilísticas confiáveis, diferentemente do que prega a crença originada da tabela de probabilidade, instrumento importante da abordagem neoclássica. Em outros termos, entende-se que a inovação representa sempre uma ameaça de risco e a criação de uma situação de incompletude; por isso, não é possível estimar com certezas estatísticas os seus riscos de fracasso ou de sucesso. Entretanto, deve-se reconhecer que a inovação representa uma exigência quando se reconhece a importância, em termos de participação das unidades produtivas, no aumento da riqueza social.

Segundo Schumpeter (1961), a inovação deve ser entendida como a adoção de um novo método de produção, de um novo produto (mercadorias, serviços, títulos), de uma nova forma de organização ou a conquista de um novo mercado (segmentado por região, clientes etc). Segundo o autor, a atividade inovativa, resultante da produção de novos conhecimentos, está condicionada por forças psicológicas e econômicas, algumas incorporadas aos sentimentos de cada agente e outras ligadas às condições de mercado e de crédito. O conhecimento adquirido através das experiências do passado de cada agente

⁸ A premissa neoclássica de que os agentes econômicos baseiam-se em tabelas de probabilidades dos eventos futuros está fundamentada na crença de que os agentes econômicos dispõem de modelos explicativos (formais ou informais) sobre as relações de causa e efeito das variáveis associadas a esses eventos. Numa perspectiva crítica, incluindo a abordagem neo-schumpeteriana, tem-se a premissa de que os agentes econômicos consideram os fenômenos econômicos por demais complexo para que possam ser compreendidos à luz dos conhecimentos disponíveis (SHACKLE, 1979).

econômico, combinado com a estabilidade dos mercados e com as facilidades de crédito que cada agente possui, representa uma junção de fatores que irá determinar o fluxo de inovação de cada organização.

A abordagem neo-schumpeteriana enriquece as contribuições originais de Schumpeter, ao enfatizar as relações dinâmicas entre as instituições e a atividade inovativa das organizações. Com isso, evidencia-se o caráter histórico e co-evolutivo da atividade de inovação. A abordagem neo-schumpeteriana baseia-se em três conceitos fundamentais: conhecimento tácito, paradigma tecnológico e trajetória tecnológica.

O conhecimento tácito tem importância nos processos inovativos, pois:

to know something is to create its image or pattern by tacitly intergrading particulars. In order to understand the pattern as meaningful whole, it is necessary to integrate one's body with the particulars... Creating a new knowledge is... not simply a matter of learning from the others or acquiring knowledge from the outside. It has to be built on its own, frequently requiring intensive and laborious interaction among members of the organization... To create knowledge, the learning that takes place from others and the skills shared with others need to be internalized – that is, reformed, enriched and translated to fit the company's self image and identity. (NONAKA; TAKEUCHI, 1999, p. 60).⁹

Nota-se, portanto, que a própria organização gera os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades. Os conhecimentos vindos de fora não se prestam aos interesses da organização, se não forem internalizados e modificados em prol de suas necessidades “específicas”.

Nessa abordagem, o “conhecimento tácito” torna-se decisivo para a adoção de novas tecnologias. Mas esse conhecimento não é produzido aleatoriamente dentro da organização ou ao acaso. Ao contrário, o mesmo é deli-

⁹ “Conhecer algo e criar sua imagem ou modelo através da tácita integração de suas especificidades. Para entender o modelo como um todo significativo, e necessário à integração do corpo com as particularidades ... Criar um novo conhecimento não é simplesmente uma questão de aprender com os outros ou adquirir um conhecimento de fora. É algo que precisa ser construído por si só, freqüentemente exigindo uma interação intensiva e laboriosa entre os membros de uma organização... Para criar conhecimento, a aprendizagem que se dá a partir de outros e as habilidades compartilhadas com outros precisam ser internalizadas, i. e., transformadas, enriquecidas e traduzidas para se ajustarem à imagem e identidade da companhia.”

mitado pelo “paradigma tecnológico”, entendido da seguinte maneira:

‘model’ or ‘pattern’ of solution of selected technological problems, based on selected principles derived from the natural sciences and on selected material Technologies. (DOSI, 1982, p. 152).¹⁰

Pela definição acima, é fácil observar que o conceito de “paradigma tecnológico” implica o conjunto de conhecimentos heurísticos que sustentam a busca de resposta para os seguintes questionamentos: Para onde iremos “daqui”? “Onde” devemos pesquisar? Que espécie de conhecimento irá nos valer?

Para Dosi (1982), tais escolhas requerem algum conhecimento prévio, validado cientificamente, consciente ou inconscientemente, e aceito pelos agentes econômicos. Dessa forma, a própria definição do “problema” tecnológico a ser solucionado na organização pode já estar previamente definido pelos agentes econômicos.

O paradigma tecnológico não é estático. A aplicação dos conhecimentos existentes acaba por gerar novas descobertas que vão alterando o próprio paradigma tecnológico, dando assim um caráter histórico e co-evolucionário (dinâmico) ao processo de inovação.

Essas mudanças irão ocorrer ao longo da trajetória tecnológica, entendida nessa perspectiva conceitual da seguinte maneira:

Given the innovative opportunities defined by paradigm, technological trajectory can be associated with the fulfillment of these opportunities and can be ‘measured in terms of changes in the fundamental techno-economic characteristics of artifacts and production process’. (CROCCO, 1999, p. 43).¹¹

Desse conjunto de conceitos, pode-se perceber que os paradigmas tecnológicos, ao gerarem os novos conhecimentos, criam condições favoráveis à adoção de novas tecnologias, mas a concretização das mesmas terá necessariamente que passar pelo “filtro” da organização, onde impera o conhecimento tácito, momento no qual se

definem os *trade-off* das variáveis tecnológicas e se estabelecem as trajetórias tecnológicas possíveis para cada empresa ou ramo de atividade (BAPTISTA, 1997).

Vale observar que a construção de um paradigma tecnológico e a solução dos *trade-off* das variáveis tecnológicas envolve um determinado grau de incerteza, o qual será tanto maior quanto mais o paradigma se afastar da trajetória tecnológica executada pela organização (CROCCO, 1999). Segundo Baptista (1997), são essas incertezas que induzem as organizações a estabelecerem as “rotinas criativas” ou “tecnológicas”. Neste caso, as inovações apresentam um caráter menos radical em termos de novos conhecimentos, fazendo com que os novos produtos, novos processos etc. incorporem os conhecimentos já existentes na organização, que, do ponto de vista teórico, podem ser cooperativas, empresas ou organizações familiares.

Essa tendência a estabelecer rotinas criativas pode, contudo, comprometer a própria atividade inovativa da organização, fazendo com que esta sofra pressões externas em função das mudanças tecnológicas observadas no seu ambiente externo.

Ao colocar a inovação como o objeto central das análises, a abordagem neo-schumpeteriana aponta para aspectos institucionais e históricos como campo de investigação dos determinantes do desempenho das organizações. Essa proposta volta-se para uma análise da dinâmica econômica, diferentemente do que se poderia dizer da estática econômica neoclássica.

3 – REFORMA AGRÁRIA E INOVAÇÃO

A constatação de que as atividades inovativas ou empreendedoras dos assentamentos no Brasil se desenvolvem dentro de organizações não-capitalistas sugere que essas atividades estariam fora dos padrões tradicionais utilizados para avaliações de eficiência, especialmente quando se leva em conta o fato de que essas atividades fazem parte da dinâmica social e econômica do movimento pela reforma agrária.

Conforme destaca Villalobos (2000), a tendência atual de se organizarem atividades inovadoras nos projetos de assentamento, tais como a produção integrada, biossustentável, cooperativa agroindustrial etc., decorre de um longo período de aprendizagem de todos os agentes envolvidos no movimento pela reforma agrária.

¹⁰ “Modelo’ ou ‘padrão’ de solução de problemas tecnológicos selecionados, baseados em princípios selecionados originados das ciências naturais e sobre material tecnológico selecionado.”

¹¹ “Consideradas as oportunidades definidas pelo paradigma, a trajetória tecnológica pode ser associada à realização dessas oportunidades e pode ser ‘medida em termos das mudanças nas características tecnológicas fundamentais dos produtos e processos de produção’.”

Inicialmente, as lutas sociais pela reforma agrária eram desarticuladas em nível nacional e tornaram-se mais conhecidas a partir do início da década de 1990 com as ocupações de terras ao longo das rodovias. Posteriormente, o movimento se integra em nível nacional com a orientação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) intensificando as ocupações em terras decretadas improdutivas pelo Incra. Visando sensibilizar a população em geral para o problema social do campo, dá-se início às ações como caminhadas e protestos públicos. A partir de então, começam a emergir as preocupações sobre as formas de organização da produção mais eficiente em termos de geração de renda monetária dentro dos assentamentos.

A maioria dos projetos de assentamentos (PA) para fins de reforma agrária existentes no Brasil surgiu de movimentos de ocupação de terra, dando origem aos chamados “acampamentos” onde os futuros beneficiários dos PA vivenciam as primeiras formas de produção associativa, apesar da instável situação de acampados. Esse é um espaço de intensa sociabilidade, construção de identidades e negociações quanto ao futuro assentamento. Com a implantação do assentamento, tem-se início a definição das formas de uso do espaço e de organização da produção, que serão constantemente redefinidas em razão das experiências vivenciadas. Somente a partir dessa etapa serão adquiridos os conhecimentos que permitirão, dentre os mais diversos motivos, a busca por mais eficiência em termos de geração de renda monetária dentro dos assentamentos. Nesse sentido, as expressões *path dependent* e *learning by doing*, utilizadas pelos autores neo-schumpeterianos, sintetizam a idéia de que a história (aprendizagem interativa) da organização condiciona o seu desempenho no futuro.

Contudo, todo esse processo não se dá de forma homogênea. As condições para o estabelecimento das formas de produção mais eficientes no que se refere à integração com o mercado irão depender de uma série de condições historicamente determinadas em cada assentamento. Numa perspectiva histórica, adotada como princípio epistemológico neste trabalho, pode-se formular a hipótese de que, caso os indivíduos responsáveis pela implantação e direção de projetos empreendedores nos assentamentos possuam experiências que lhes capacitem desenvolver atividades inovativas, eles obterão

resultados mais compensadores. Entretanto, acredita-se que as experiências adquiridas pela participação em outras organizações, dentro e fora do movimento de reforma agrária, também constituem fontes importantes de aprendizagem. Na ausência de indivíduos com esse perfil, certamente as chances de realização de mudanças inovadoras no projeto de assentamento serão menores e exigirão maior ação dos mediadores responsáveis pela capacitação e orientação técnica. Essa assessoria deverá extrapolar a técnica em si e valorizar, também, a competência para a gestão econômica e político-organizativa dos assentamentos.

No que diz respeito aos pequenos empreendimentos inovadores, que estão surgindo nos assentamentos da reforma agrária em Minas Gerais e também em outros Estados, pode-se afirmar que os mesmos apresentam demandas muito simples, não exigindo ou contando com as capacitações necessárias para adoção de tecnologias mais complexas. É plausível, porém, admitir a hipótese de que as iniciativas bem-sucedidas já existentes dentro dos assentamentos estão gerando experiências e produzindo novos conhecimentos que podem orientar a implantação de novos empreendimentos, que assegurem maiores probabilidades de sucesso enquanto reprodutividade, a longo prazo, de empreendimentos econômicos. Esse processo envolve não somente os assentados mas também todas as pessoas ligadas às instituições que apóiam os projetos de assentamentos rurais.

Tendo essa hipótese em vista, nessa perspectiva e expectativa¹², esta pesquisa partiu do princípio de que os projetos de assentamentos reúnem os elementos necessários para a criação de redes de interesses que favorecem a adoção de novas tecnologias. Um desses elementos refere-se às experiências que muitos assentados adquirem para lidar com burocracias, legislação, administração etc, as quais foram adquiridas ao longo de suas lutas junto aos movimentos ou organizações envolvidas com a reforma agrária. Ao unir indivíduos em torno de interesses comuns e criar condições que permitam a in-

¹² Destaca-se esta hipótese como uma aposta histórica ou promessa histórica na medida em que não se pode fechar os olhos à dívida social que o país tem com essa população de excluídos que lutam pelo direito a uma vida digna. Isto influi na análise, pois as expectativas dos pesquisadores permitem evidenciar problemas e sinalizar possíveis encaminhamentos de solução ou evidenciar a impossibilidade para essas soluções. A clareza dos resultados vem da clareza das proposições, princípios e compromissos.

teração de suas experiências individuais nos projetos de assentamento, tem-se a criação de espaços sociais¹³, geradores do “conhecimento base” (tácito) necessário para a implantação de empreendimentos inovadores.

4 – ATIVIDADE INOVADORA NO PROJETO FRUTA D’ANTA: O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE LEITE

A implantação da Cooperativa Agroindustrial do Leite, no Projeto Fruta D’Anta, ocorrida em 1996, se traduziu na conquista de novos mercados e na possibilidade de expansão de longo prazo para a atividade pecuária desenvolvida no assentamento.

Para analisar a sustentabilidade econômica desse empreendimento, foram utilizados como indicadores do desempenho da cooperativa os valores relativos aos benefícios distribuídos e ao número associados, observados no primeiro ano de funcionamento da cooperativa e no ano de realização da presente pesquisa.

Segundo informação prestada pela direção da cooperativa, no ano de sua fundação, no período de entressafra, foram processados, em média, 4.600 litros/dia, subindo para 14.000 litros/dia, na época das chuvas. Naquele ano, havia 86 associados, o que equivale a uma produção média, por associado, de 53,4 litros/dia no período de entressafra. Cada associado recebia R\$ 0,22

por litro, gerando, assim, uma renda média bruta mensal de R\$ 352,40 na entressafra. No período das chuvas, tal rendimento pôde atingir a R\$ 1.074,00.

Em 2001, a cooperativa processou uma média de 8.000 litros/dia no período da entressafra. Naquele ano, havia 130 associados, o que corresponde a uma produção média por associado de 61,5 litros/dia na entressafra. O preço recebido pelo litro foi de R\$ 0,25 (esse valor foi reajustado para R\$ 0,35 a partir de janeiro de 2002), propiciando assim uma renda bruta mensal de R\$ 461,50 na entressafra.

Para uma análise mais consistente da evolução dessas variáveis, elaborou-se na Tabela 1. A análise dos valores constantes na Tabela 1 mostra tendência de crescimento dos indicadores financeiros (faturamento real bruto) e físicos (número de associados) de desempenho da cooperativa entre 1996 e 2002. Em termos do desempenho dos benefícios distribuídos aos associados, os valores acima indicam uma diminuição do rendimento bruto real entre 1996 e 2001, seja em termos absolutos ou relativos (quando comparado com o valor do salário mínimo), o que possivelmente reduziu a rentabilidade da atividade leiteira dos assentados nesse último período. A tendência de crescimento do rendimento bruto por associado somente é confirmada a partir de 2002, em função do aumento significativo no preço do leite pago pela cooperativa aos associados.

Tabela 1 – Indicadores de desempenho da Cooperativa Agroindustrial do Projeto Fruta D’Anta

Indicadores	Ano de Fundação		
	(1996)	2001	2002*
Valor real (IGP-DI, ano-base: 1994) do benefício médio mensal (período de entressafra) distribuído pela cooperativa.	269,90	230,75	306,90
Relação entre o valor nominal do benefício médio mensal (período de entressafra) e o salário mínimo do período.	3,26	2,56	3,23
Faturamento real (IGP-DI, ano-base: 1994) médio diário da cooperativa no período de entressafra.	778,46	1.052,63	1.398,60
Total de indivíduos associados	86	130	130

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: *Os números desse período representam uma simulação a partir do novo valor (R\$ 0,35) pago aos associados pelo litro de leite.

¹³ A idéia de espaço social aproxima-se do conceito de campo social de Bourdieu (1989), que representa um espaço de luta social onde disputam verdades, *status*, perspectivas e poder. Dessa forma, esse conceito apresenta-se muito adequado às condições institucionais existentes dentro de um assentamento.

Esses resultados podem ter razões exógenas, mas também sugerem que a cooperativa desenvolveu alguma atividade inovativa, a qual estaria promovendo o aumento de longo prazo nos indicadores de desempenho da mesma. De fato, segundo informações do pessoal entrevistado, no ano de fundação da cooperativa foi comercializado somente o leite pasteurizado. Em 2001, a produção foi diversificada entre o leite pasteurizado, o queijo mussarela e a manteiga.

Na opinião da direção, os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da atividade inovativa resultaram principalmente de duas fontes, conforme consta no Quadro 1: o conhecimento adquirido com a prática do negócio, incluindo informações trazidas pelos clientes, e a assistência técnica fornecida por organizações governamentais e não-governamentais. Por conseguinte, tem-se o indicador de que, quando existe um compartilhamento de experiências entre os assentados que dirigem a cooperativa e a equipe de assistência técnica, certamente as decisões que envolvem mudanças de caráter inovador são favorecidas.

Deve-se notar que os conhecimentos adquiridos no passado não contribuíram para as mudanças tecnológicas recentes na cooperativa. Contudo, os resultados da pesquisa individual, que serão mostrados na próxima seção, indicam que tais conhecimentos podem ser considerados como fator decisivo na escolha do ramo de negócio e na implantação da cooperativa. De acordo com a abordagem neo-schumpeteriana, isto se deve ao fato de que a inovação depende do “conhecimento tácito”, o qual não pode ter existência fora da organização. Então, por

hipótese, os conhecimentos adquiridos antes da implantação da cooperativa não podem contribuir para adoção de novas tecnologias, mas somente a prática do negócio pode gerar as condições necessárias para o desenvolvimento da atividade inovativa nas organizações.

Com relação aos procedimentos adotados para o lançamento de novos produtos no mercado por parte da cooperativa, pode-se observar, através do Quadro 2, que o contato com os clientes é uma variável relevante. Segundo opinião da direção da cooperativa, as informações trazidas pelos clientes são um fator decisivo na escolha dos novos produtos, confirmando assim a importância da prática do negócio para a aquisição dos conhecimentos que sustentam a atividade inovativa na cooperativa.

Estes resultados sugerem que a sustentabilidade dos projetos de assentamento é um processo em que interagem elementos institucionais e processuais. O apoio dado por organizações governamentais e não-governamentais é um fator importante quando se trata de mudanças tecnológicas nos assentamentos. Porém, este apoio externo não é suficiente para realização de tais mudanças, tendo em vista o fato de que a prática do negócio é de crucial importância nesse processo.

Esta opinião sobre o papel da prática do negócio na adoção das mudanças tecnológicas, dada pela direção da cooperativa, revela o caráter dinâmico e evolucionário (do mais simples para o mais complexo, em termos de adoção de tecnologias) da atividade inovativa. Somente após a implantação do empreendimento, torna-se possível a produção dos conhecimentos neces-

Descrição	SIM	NÃO
Experiência/conhecimentos adquiridos antes da implantação da cooperativa/laticínios/agroindústria		X
Experiência/conhecimentos adquiridos com a prática do negócio	X	
Exigências/informações trazidas pelos clientes	X	
Assistência técnica dos órgãos governamentais (universidades, Incra, Emater, Embrapa etc)	X	
Assistência técnica fornecida pelos bancos		X
Assistência técnica de organizações não-governamentais	X	
Assistência técnica de organizações religiosas		X

Quadro 1 – Fatores que contribuem para realização de mudanças tecnológicas no empreendimento segundo a opinião da direção da cooperativa

Fonte: Elaboração dos autores.

Descrição	SIM	NÃO
Primeiro se faz a produção de novos produtos, depois eles são postos no mercado		X
Primeiro se faz pesquisa de mercado, depois eles são produzidos e postos no mercado	X	
O cliente solicita/sugere a produção de novos produtos, os quais são produzidos conforme as sugestões/solicitações e depois são postos no mercado	X	

Quadro 2 – Procedimentos utilizados nos lançamentos de novos produtos segundo a opinião da direção da cooperativa

Fonte: Elaboração dos autores.

sários à atividade inovativa. A prática do negócio representa, portanto, a principal fonte de informação sobre os resultados da inovação. Por sua vez, essas informações terão um papel decisivo na implementação de alternativas tecnológicas, tornando-se rotineiras as decisões relativas à adoção de novas tecnologias dentro da organização (BAPTISTA, 1997).

Contrariamente às concepções convencionais que tratam da difusão de tecnologias, essa nova perspectiva teórica que aqui se apresenta considera a rotinização um processo importante para ações inovadoras. Isso porque o termo rotina é entendido a partir da própria contradição que ele comporta, ou seja, ele traz impressa a tradição, que é, ao mesmo tempo, o passado e o que possibilita a adoção de inovações¹⁴. A rotina em si deve ser considerada uma instituição, pois ela garante o acúmulo dos conhecimentos adquiridos no passado e, ao mesmo tempo, segurança necessária para novas experiências. No caso das rotinas voltadas para o lançamento de novos produtos, as rotinas criativas (BAPTISTA, 1997), têm-se o acúmulo de informação sobre mercados, tecnologias, preços etc. Tais informações exercem um papel crucial na diminuição das incertezas em relação às inovações.

Assim, a rotinização exerce um efeito restritivo sobre as escolhas das alternativas tecnológicas, fazendo com que os novos produtos, processos etc. fiquem limitados às fronteiras dos conhecimentos já existentes na organização. Entretanto, à medida que se acumulam os conhecimentos em torno de uma trajetória tecnológica (produtos, processo e/ou mercados), aumenta a resistên-

cia dentro da organização com relação às mudanças mais radicais, em que o grau de incerteza é relativamente alto, se comparado com as áreas de conhecimento já existente na organização (CROCCO, 1999). O resultado desse processo, obviamente, pode ser a estagnação da atividade inovativa.

No caso da cooperativa agroindustrial do projeto Fruta D'Anta, as mudanças mais importantes ocorreram no setor de comercialização, tendo em vista o fato de que o empreendimento representa uma inovação de natureza mercadológica, pois permitiu aos assentados colocarem no mercado produtos distintos daqueles tradicionalmente produzidos no assentamento. Por essa razão, foram levantadas algumas informações sobre os canais de comercialização, os quais podem ser considerados um dos principais gargalos para a melhoria do desempenho da cooperativa.

Conforme mostra a Figura 1, ao longo da existência da cooperativa não ocorreu nenhuma mudança nos canais de comercialização até o momento da pesquisa. Esse aspecto coloca uma questão teórica: seria uma manifestação de insustentabilidade do crescimento da cooperativa ou a sinalização de que outros valores orientam essas formas de empreendimento econômico típicos de organizações não-capitalistas? Qual seria, entretanto, o futuro e a forma de perpetuação dessas organizações, tendo em vista o fato de que elas se direcionam para o mercado? Certamente, o atravessador não tem interesse em interagir com os demais membros da cooperativa, para buscar novos canais de comercialização. A falta de experiência na área de comercialização por parte dos integrantes da direção da cooperativa cria incertezas quanto às mudanças nos canais de comercialização. O efeito disso, no presente, é a pressão monopsônica do atravessador delineando uma incógnita quanto ao futuro da cooperativa. Infelizmente, na presente pesquisa não foram realizados estudos mais detalhados sobre as capacitações recebidas pelos agen-

¹⁴ Essa contradição, presente na análise da rotina, vem da idéia de tradição interpretada por GADAMER (1993) quando ele discute os preconceitos (*prejuicios*), ou seja, conceitos anteriores à experiência. Esses preconceitos são condição para a compreensão, desde de que se apresentem como legítimos, ou seja, que se baseiem na experiência que lhes atribui autoridade, tanto para rechaçar o velho e como para admitir o novo.

tes envolvidos no assentamento, especificamente no que se refere à área de comercialização.

Quanto aos agentes envolvidos nos assentamentos, trata-se, especificamente, dos agentes externos, ou seja, aqueles envolvidos na assistência técnica, na relação com os bancos, com outros clientes, comerciantes de produtos agropecuários etc. Por parte dos assentados, é bastante plausível a hipótese de que eles não tiveram experiências na área de comercialização antes de serem beneficiados com um lote de terra da reforma agrária.

Cabe destacar, no aspecto de capacitação empresarial e de organização social, o papel dos movimentos sociais que coordenam os trabalhadores rurais sem terra, antes do acesso à terra, bem como depois do processo de assentamento. Os movimentos sociais exigem assistência técnica para os assentados, reivindicam crédi-

tos produtivos, diversificação de atividades etc. Portanto, o movimento social desempenha um papel relevante na formação desse perfil empreendedor dos beneficiários da reforma agrária no Brasil.

Nota-se que esta estrutura de comercialização é semelhante à estrutura dos produtos tradicionais (arroz, milho, feijão etc.) comercializados pelos pequenos produtores familiares em geral. Provavelmente, a cooperativa não possui poder de barganha para comercializar seus produtos, o que reduz a margem de preços sobre os custos de produção da agroindústria. Essa estrutura pode criar um sentimento de frustração entre associados no que diz respeito às expectativas sobre o lançamento de novos produtos, pondo fim ao impulso inovativo e de crescimento da cooperativa. Esta evidência coloca uma questão teórica: como sobreviver numa sociedade capitalista sem interesse pelo crescimento constante? Qual seria o

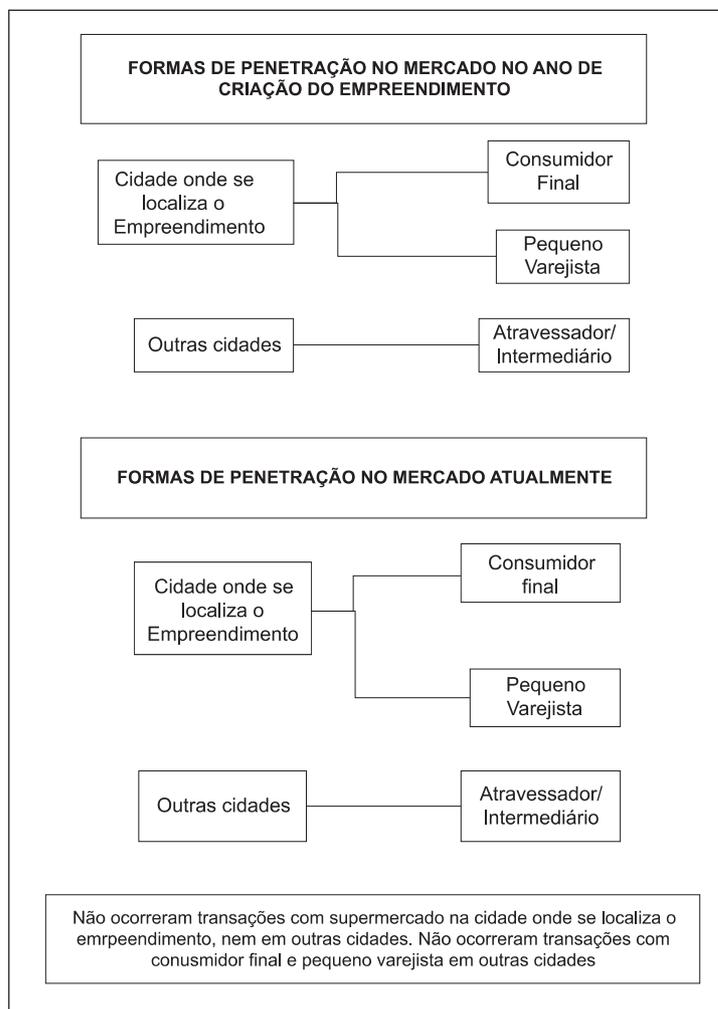


Figura 1 – Organograma das formas de penetração no mercado da Cooperativa de Fruta D’Anta: 2002

Fonte: Elaboração dos autores.

princípio econômico que rege essas relações de produção e qual o papel das ações inovativas nessas organizações?

Para um melhor entendimento dessa problemática seria necessário um estudo mais aprofundado em dois aspectos: um empírico, sobre a formação e as capacitações necessárias para a constituição de saberes voltados para a área de comercialização nos assentamentos; outro teórico, de natureza mais conceitual, econômica e antropológica, que problematize a relação dos aspectos subjetivos (o interesse dos indivíduos na dinâmica da vida econômica) com aspectos, até o momento, objetivos (a necessidade de crescimento constante como parte de um projeto de natureza capitalista para os assentamentos de reforma agrária no Brasil).

5 – FORMAÇÃO DA CAPACIDADE EMPREENDEDORA NO PROJETO FRUTA D'ANTA

Considerando a hipótese de que a implantação de empreendimentos inovadores nos PAs de Reforma Agrária estaria condicionada a uma série de fatores relacionados à história de cada assentamento, indagou-se neste trabalho sobre as iniciativas que deram origem aos empreendimentos econômicos e que determinaram seu desempenho *a posteriori* da implantação do projeto. Esses empreendimen-

tos dependeriam de um conjunto de variáveis inter-relacionadas, tais como o perfil educacional e as experiências vivenciadas pelos beneficiários enquanto participantes do movimento pela reforma agrária. Além disso, a forma como são compartilhadas essas experiências com os agentes mediadores, clientes, fornecedores etc., juntamente com a aprendizagem e o grau de confiabilidade mútua adquiridos ao longo do tempo, entre assentados e agentes financiadores, são também fatores a serem analisados.

A dinâmica desse processo irá definir a trajetória dessas variáveis, estabelecendo as condições para a formação da capacidade empreendedora nos assentamentos. Assim, o tempo torna-se um elemento fundamental para a identificação das variáveis relevantes nas análises dos determinantes dessa capacidade. Por essa razão, as primeiras variáveis analisadas foram a idade e o tempo de envolvimento dos assentados responsáveis pela criação da cooperativa e que participaram ou participam do seu processo decisório.

Observando os Gráficos 1 e 2, nota-se que 77,4% dos entrevistados tinham idade superior a 40 anos. Por sua vez, 49,3% dos entrevistados envolveram-se com o movimento de reforma agrária antes de 1990, dando-lhes portanto, no mínimo, 12 anos de vivência e experiência nesse movimento¹⁵. Obviamente, essas variáveis não re-

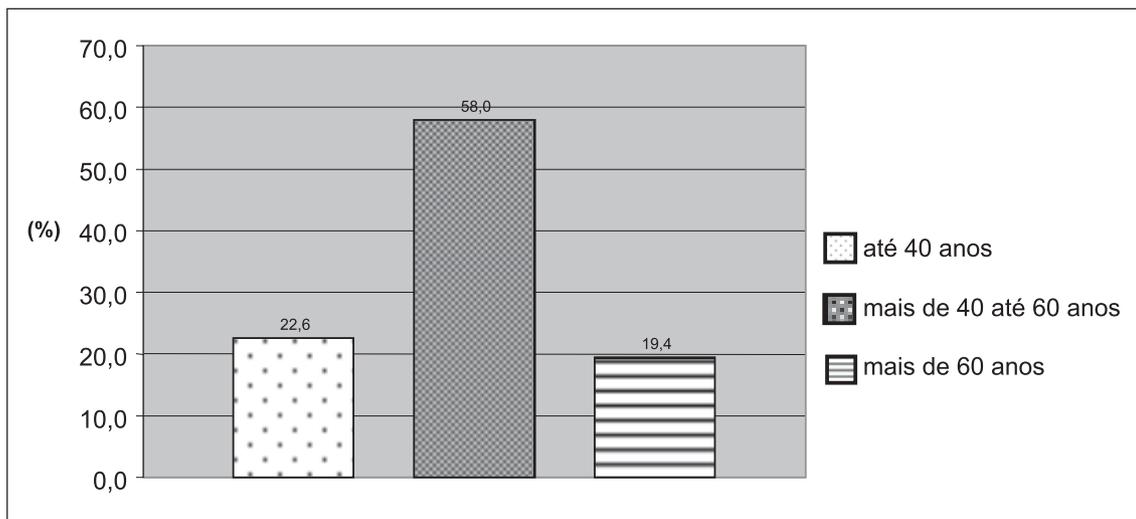


Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados: Cooperativa Agroindustrial do Projeto Fruta D'Anta

Fonte: Elaboração dos autores

¹⁵ Esses percentuais revelam que metade dos entrevistados, membros da diretoria, envolveu-se com o movimento de reforma agrária somente depois de implantado o projeto de assentamento, ocorrido em 1986. Talvez, esses indivíduos tenham algum parentesco com os beneficiários e foram atraídos pelo referido movimento somente depois que o projeto começou a propiciar oportunidades para as famílias dos beneficiários.

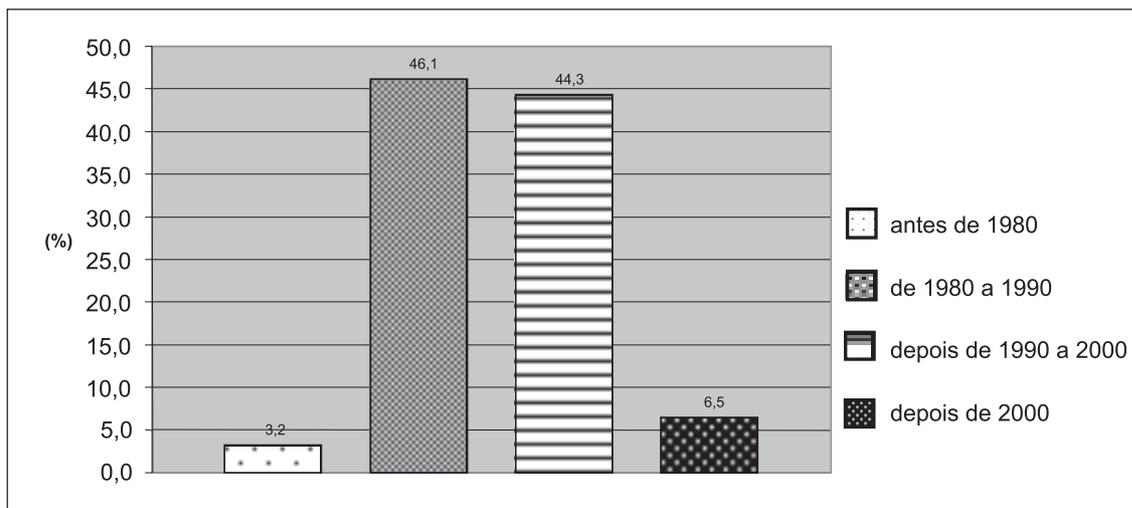


Gráfico 2 – Tempo de participação dos entrevistados no movimento de reforma agrária: Cooperativa Agroindustrial do Projeto Fruta D'Anta

Fonte: Elaboração dos autores

presentam uma condição muito apropriada para a análise da capacitação e mudança no perfil dos assentados no que se refere à área de produção e comercialização, pois é necessário compreender as competências formadas no processo de luta, levando em conta o perfil educacional desses indivíduos e as oportunidades oferecidas pelo movimento em termos de experiências com associativismo, tomadas de decisão em ambiente de incerteza, conscientização dos riscos etc.

No que se refere ao grau de instrução dos entrevistados, o Gráfico 3 mostra que o seu nível de escolaridade é baixo, sendo que 61% freqüentaram a escola entre a 1ª e a 4ª série do Ensino Fundamental. Entretanto, apenas 16%

não possuíam nenhum grau de instrução e 22,6% possuíam um grau superior à 4ª série do Ensino Fundamental.

Ao se comparar este perfil com a média dos assentamentos, no Brasil, quando foi realizado o I Censo da Reforma Agrária do Brasil (INCRA, 1997), a situação educacional dos entrevistados nesta pesquisa apresentou-se um pouco mais satisfatória, pois, em nível nacional, naquela época, 41% dos assentados eram analfabetos, ou tinham alfabetização incompleta e não possuíam sequer a 1ª série do Ensino Fundamental. Apenas 10,4% tinham cursado alguma série superior à 4ª do Ensino Fundamental até aquela época.

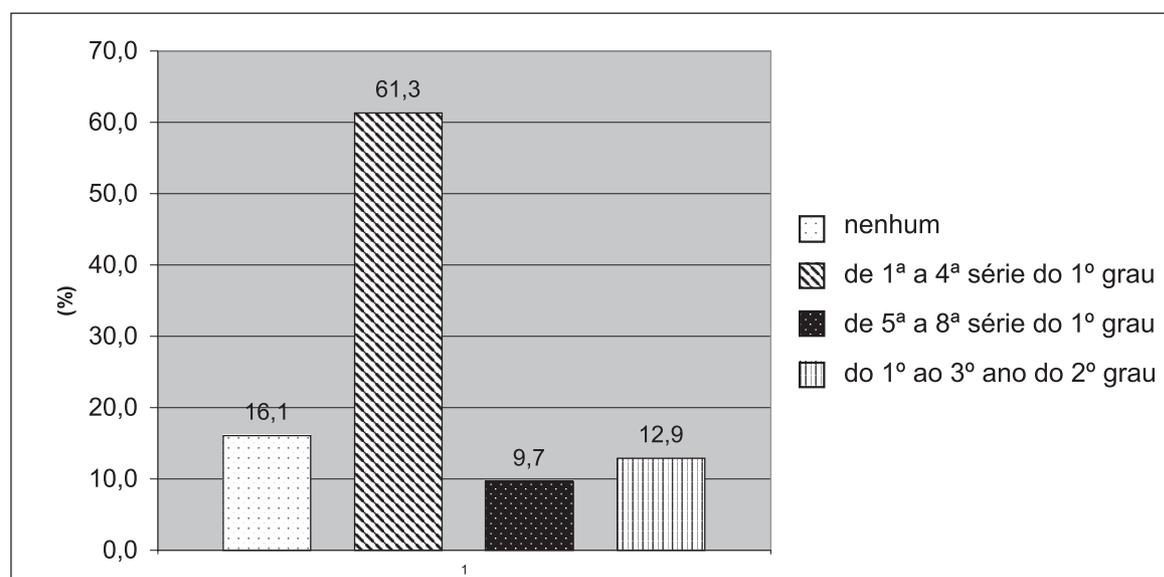


Gráfico 3 – Grau de instrução dos entrevistados: Cooperativa Agroindustrial do Projeto Fruta D'Anta

Fonte: Elaboração dos autores.

Sem entrar no mérito da qualidade do ensino relativo às escolas freqüentadas pelos entrevistados, é possível supor que a escolaridade recebida, por si só, não é suficiente para determinar a capacidade empreendedora no que se refere à gestão da produção e comercialização. Acredita-se que a inserção do entrevistado no movimento pela reforma agrária foi um fator de fundamental importância para formação do perfil empreendedor dos assentados.

Uma variável-chave nesse processo de aquisição de novos conhecimentos refere-se à posição ou cargo que o indivíduo ocupa dentro desse movimento. Nesse aspecto, o movimento é de fundamental importância na formação de um novo perfil profissional dos assentados.

Conforme mostra o Gráfico 4, 67,7% dos entrevistados ocuparam posições estratégicas dentro do movimento. Todos os indivíduos pertencentes a essas funções de direção atuaram em posições em que certamente é necessário um tipo de conhecimento não-escolar, mas político, e dado pela *práxis*. A tomada de decisões em ambiente de incerteza exige dos agentes uma perspicácia analítica que a experiência de luta política bem melhor os capacita.

As experiências ou conhecimentos adquiridos no passado têm papel importante na formação do perfil empreendedor dos assentados. Este aspecto tornou-se evidente quando se investigaram os fatores que determinaram a escolha do ramo de negócio da cooperativa. Segundo 58% dos entrevistados (Gráfico 5), o fator mais importante nessa escolha foram exatamente as experi-

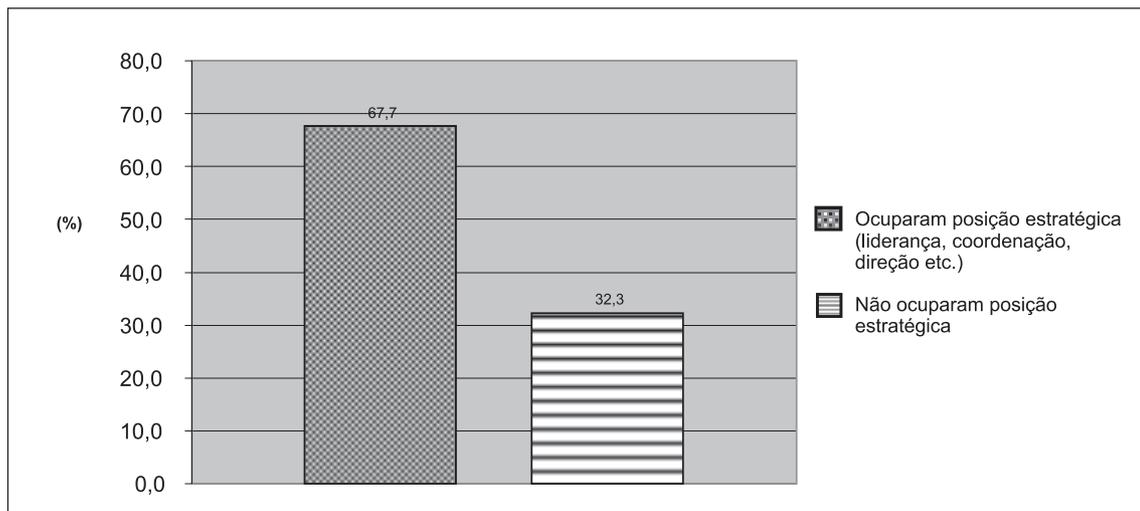


Gráfico 4 – Tipo de envolvimento dos entrevistados no movimento pela reforma agrária

Fonte: Elaboração dos autores.

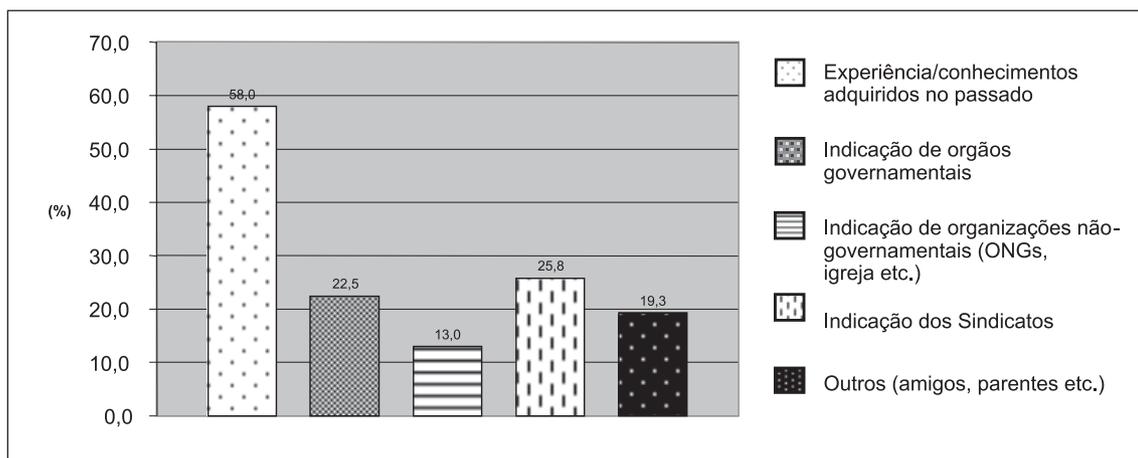


Gráfico 5 – Fatores que motivaram a escolha do ramo de negócio da cooperativa segundo opinião dos entrevistados: Projeto Fruta D'Anta

Fonte: Elaboração dos autores.

ências do passado. Nota-se que o apoio técnico fornecido pelas organizações governamentais teve um papel menos relevante.

Entretanto, ao se indagar sobre o desempenho da cooperativa agroindustrial, os dados da pesquisa permitem afirmar que as experiências individuais e o apoio técnico das instituições governamentais foram considerados pelos entrevistados como sendo os fatores mais importantes para implantação e expansão desse empreendimento. Pela freqüência das respostas, apresentada no Gráfico 6, pode-se observar que as experiências ou conhecimentos adquiridos no passado foram considerados o fator mais importante, citado 45,1% das vezes nos depoimentos dos entrevistados. Em seguida aparecem o

apoio técnico e apoio financeiro dos órgãos públicos, citados 41% e 38,7%, respectivamente.

Quando indagados sobre o que foi mais importante para expansão e sucesso da cooperativa, as experiências ou conhecimentos do passado e o apoio técnico e financeiro das organizações governamentais também foram considerados decisivos pelos entrevistados (Gráfico 7).

Estes resultados mostram que a formação da capacidade empreendedora está associada à própria natureza e trajetória histórica dos assentados nos projetos de assentamento, os quais estão inseridos em um ambiente institucional onde são compartilhadas experiências individuais em prol do crescimento da renda do

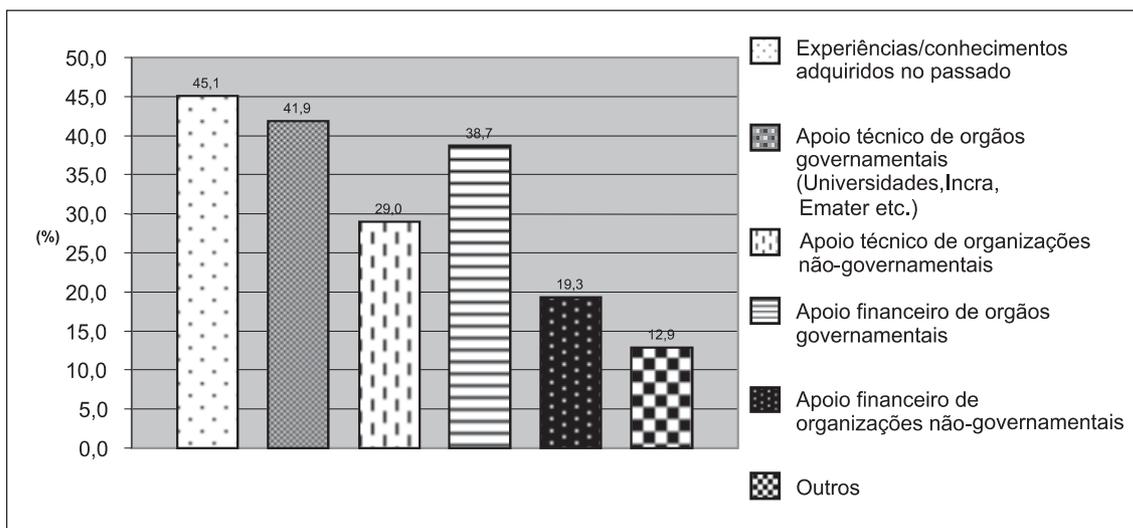


Gráfico 6 – Fatores citados como decisivos para a implantação da cooperativa segundo opinião dos entrevistados: Projeto Fruta D’Anta

Fonte: Elaboração dos autores.

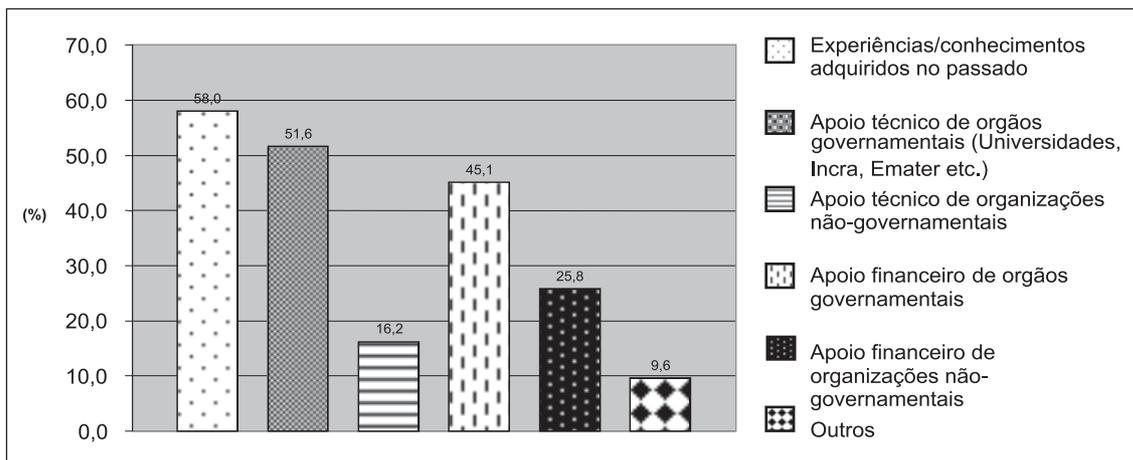


Gráfico 7 – Fatores determinantes da expansão/sucesso da cooperativa na opinião dos entrevistados: Projeto Fruta D’Anta

Fonte: Elaboração dos autores.

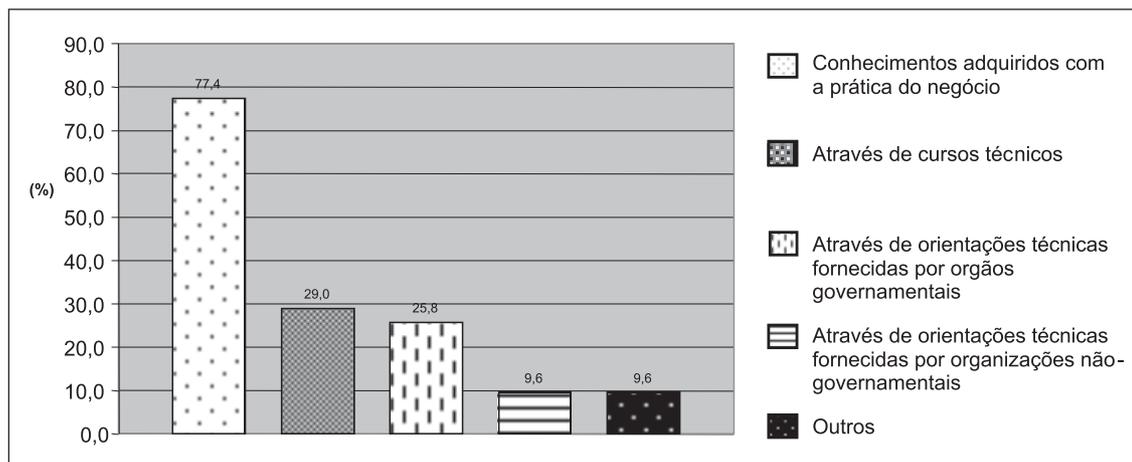


Gráfico 8 – Fontes de conhecimentos que asseguram o bom desempenho da cooperativa segundo opinião dos entrevistados: Projeto Fruta D'Anta

Fonte: Elaboração dos autores.

conjunto. As experiências compartilhadas entre os assentados e os agentes externos acabaram por dividir a opinião dos entrevistados sobre a importância de cada fator na determinação da implantação e da expansão da cooperativa, podendo ser considerados equivalentes tanto experiências passadas quanto o apoio técnico, na medida em que mais de 50% dos entrevistados citaram um e outro fator.

Outro aspecto importante refere-se ao papel dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo de funcionamento da cooperativa na determinação da atividade inovativa. Existe quase unanimidade entre os entrevistados sobre a importância da prática do negócio na determinação do desempenho da agroindústria. Segundo o Gráfico 8, 77,4% dos entrevistados apontaram para a prática do negócio como sendo o fator principal para explicar o bom desempenho desse empreendimento. Em segundo plano aparece o treinamento técnico, citado por 29% dos entrevistados. A assistência técnica, neste caso, foi considerada o terceiro fator mais importante, citada 25,3% das vezes.

Estes resultados reforçam a hipótese de que o “conhecimento tácito” deve ser considerado o principal determinante do desempenho dos empreendimentos dentro dos assentamentos.

Do exposto, pode-se concluir que a implantação de empreendimentos inovadores nos assentamentos rurais de reforma agrária está relacionada à presença de indivíduos que atuam nesse movimento ocupando posições estratégicas. Essa conclusão decorre do fato de que a aprendizagem e o compartilhamento de experiências im-

portantes influem na tomada de decisões sobre mudanças tecnológicas.

Emanam dessas funções estratégicas competências que extrapolam o fazer político. Com a prática do negócio, tem-se outro elemento que permite o aprofundamento dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da atividade inovativa nesses empreendimentos. Em síntese, tem-se um processo de natureza dinâmica e histórica que propicia a adoção de novas tecnologias, favorecendo o crescimento da produção e a melhoria das condições de vida dos assentados.

6 – OBSERVAÇÕES FINAIS

O crescimento da produção e a melhoria dos indicadores de qualidade de vida dos assentados (alimentação, moradia, saúde, educação, renda etc.) são uma característica observada na maioria das pesquisas sobre os assentamentos rurais da reforma agrária no Brasil, quando essas têm como referência as condições de vida passadas dos assentados. Entretanto, outra característica é apontada também por diversos autores e refere-se ao predomínio de unidades produtivas que podem ser consideradas economicamente inviáveis, principalmente quando se utilizam os critérios tradicionais de avaliação econômica (TIR, VAL, rentabilidade simples etc.).

Neste trabalho, rejeitou-se esse último procedimento tradicional de avaliação visando a uma melhor compreensão da dinâmica de crescimento de longo prazo dessas unidades produtivas. Supõe-se que a adoção de novas tecnologias (técnico-produtivas e organizacionais) seja o “carro chefe” desse crescimento. Por conseguinte, este tra-

balho optou pela investigação dos fatores resultantes da interação entre indivíduos (fatores intersubjetivos), determinantes da formação da capacidade empreendedora nos assentamentos, pois são a base do “conhecimento tácito”.

A teoria neo-schumpeteriana sobre inovação, base da formulação da hipótese principal deste trabalho, permitiu evidenciar que o movimento de reforma agrária pode ser considerado um processo ou instituição que propicia as condições para implantação de empreendimentos inovadores nos assentamentos rurais.

Além disso, pode-se afirmar que o movimento pela reforma agrária permite o compartilhamento dinâmico de experiências gerando novos conhecimentos, que, por sua vez, geram também novas experiências. Esse compartilhamento de conhecimentos entre os assentados, mediadores, técnicos, agentes financiadores, fornecedores, clientes etc. se faz em torno de objetivos que, necessariamente, têm de ser definidos como comuns e assumidos como viáveis para se efetivar o crescimento da produção e da renda nos assentamentos. Este compartilhamento gera os conhecimentos básicos (tácitos) que asseguram o desenvolvimento da atividade inovativa nos assentamentos, fornecendo a perspectiva de crescimento de longo prazo da produção e da renda. Entretanto, a internalização dessa perspectiva por parte do conjunto dos assentados não parece ser um processo sem problemas.

Os resultados desta pesquisa são condizentes com a linha de raciocínio traçada como preocupação conceitual. Os indicadores de desempenho da cooperativa (faturamento bruto, volume de leite processado, número de associados e renda bruta dos associados) apresentaram taxas significativas de crescimento. Na opinião dos membros que participaram ou participam das tomadas de decisão na cooperativa, os fatores que determinaram a mudança inovadora foram a prática do negócio (incluindo informações trazidas pelos clientes) e a assistência técnica das instituições governamentais e não-governamentais. Contudo, verificou-se que essa interação institucional não foi suficiente para gerar inovações nos canais de comercialização, o que é preocupante pelo fato de a cooperativa comportar uma inovação em termos de novas mercadorias.

As entrevistas realizadas junto aos indivíduos responsáveis pela criação e/ou gestão da cooperativa, constatam que o grau de instrução escolar é baixo. Porém, 67% dos entrevistados ocuparam posições estratégicas dentro do

movimento pela reforma agrária (liderança, coordenação, direção etc.) antes da criação da cooperativa, sendo que 83% desse pessoal tiveram uma escolarização razoável para os padrões do meio rural. Esse percentual sugere que a maior parte desse pessoal vivenciou novas oportunidades de aprendizagem dentro do movimento. Quando indagados sobre os fatores decisivos na escolha do ramo de negócio, implantação e crescimento da cooperativa, as opiniões se dividiram entre as experiências e conhecimentos adquiridos no passado e o apoio técnico e financeiro de organizações governamentais, com maior ênfase no primeiro fator. Porém, foram quase unânimes ao afirmarem que a prática do negócio (*práxis*) representa a principal fonte de conhecimentos que assegura o bom desempenho da cooperativa.

Esses resultados indicam a existência de um compartilhamento dinâmico-institucional no que se refere à aquisição de conhecimentos necessários ao desenvolvimento da atividade inovativa na cooperativa. Isso deve estar ocorrendo em diversos assentamentos, provavelmente em estágios e/ou com trajetórias históricas diferentes, tendo em vista as especificidades de cada assentamento, mas, com certeza, produzindo um resultado geral de expansão da produção, do emprego e da renda para as famílias dos assentados.

Finalmente, esta pesquisa aponta a possibilidade de novos estudos de natureza empírica e mesmo conceitual que exigem um repensar acerca dos princípios de eficiência e eficácia e do conceito estático de viabilidade econômica. A presente pesquisa baseou-se no conceito sustentabilidade econômica, que problematiza a perspectiva de futuro orientada pela expectativa de crescimento constante e que envolve o conceito de inovação como elemento indispensável para sua realização. Pensar a sustentabilidade econômica significa necessariamente demonstrar que muitas verdades, convencionalmente aceitas no campo das ciências econômicas, não são nem objetivas e nem indiscutíveis. O contexto da reforma agrária exige a redefinição de novos princípios e conceitos que realmente orientem as atividades econômicas, a vida social e a relação desta com o ambiente, a partir da compreensão dos valores que delinham as expectativas de futuro dos agentes.

Abstract

This study suggests the adoption of another strategy of economic performance analysis in settlement producti-

on, based on the concept of economic sustainability, and in accordance with tradition /customs and innovation. The central hypothesis developed in this study is neo-schumpeterian – oriented, accepting that the process of land reform movement in Brazil favors the adoption of new technologies with sustainability being based on previous knowledge /experiences of the settlers. Thus, this work investigated the factors contributing to the implementation and success of the Fruta D’Anta project’s agro-industrial cooperative, an innovative enterprise that opted for new market alternatives to ensure the continuity of production in the associative organization, as shown by the research results.

Key words

Innovation; Rural settlements; Neo-schumpeterian theory; Economic sustainability.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. O enfoque neo-schumpeteriano da firma. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25., 1997, Local. **Anais...** v. 2. Local: ANPEC, 1997. p. 1236-1254.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989. 309 p.

BUARQUE, C. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 1991. 266 p.

CONTADOR, C. **Avaliação social de projetos**. São Paulo: Atlas, 1981. 301 p.

CROCCO, M. **Uncertainty, technical change and effective demand**. 1999. 193 f. Tese (Doutorado) – University London, Londres, 1999.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories. **Research Policy**, London, p. 147-162, 1982.

GADAMER, H. La historicidade de la comprensión como principio hermenéutico. In: _____. **Verdad y método**. Salamanca: Sígueme, 1993. p. 331-377.

HEREDIA, B. et al. **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas**. Brasília: CPDA/UFRRJ, 2002. 40 p. (Relatório de pesquisa).

HISCHFELD, H. **Engenharia econômica**. São Paulo: Atlas, 1984. 440 p.

INCRA. **I censo da reforma do Brasil**. Brasília: Edunb, 1997. 133p.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. A theory of the firms’s knowledge-create dynamics. In: CHANDLER JÚNIOR; HAGSTROM, P.; SOLVELL, O. (Eds.). **The dynamic firm**. Oxford: Oxford Press, 1999. 488 p.

NORONHA, J. F. **Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 269 p.

SCHMIDT, V. B.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. R. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: EdunB, 1998. 308 p.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 512 p.

SHACKLE, G. L. **Imagination and nature of choice**. Edinburgh: Edinburgh University, 1979.

SILVA, J. G. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. 1996. 246 f. Dissertação (Mestrado) – ABRA, São Paulo, 1996.

TEOFILO, E.; GARCIA, D. P. **Políticas de terra, pobreza e desenvolvimento rural: o caso do Brasil**. Brasília, DF: World Bank, 2002. 22 p.

VILLALOBOS, J. G. **Inovação agrícola, movimentos e reforma agrária no Paraná**. Brasil. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2000. 15p. (Texto para discussão).

Recebido para publicação em 04.09.2003